

Desafios de Moçambique Após os Ciclones IDAI e Kenneth

Alfandega MANJORO – Professor Associado, Docente de Métodos Quantitativos e Director da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique (amanjoro@ucm.ac.mz).

Mussa Eusébio Gabriel ROSSE – Mestre e Docente de Economia e Coordenador do Departamento de Pesquisa, Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique (mrosse@ucm.ac.mz).

Padre Alberto FERREIRA, Professor Associado, Reitor da UCM (aferreira@ucm.ac.mz).

Resumo

Este artigo foi elaborado tendo em conta os últimos acontecimentos vividos em Moçambique, nomeadamente, os ciclones Idai e Kenneth. O propósito do artigo foi de fazer uma retrospectiva dos fenómenos anteriores registados no país e analisar os efeitos dos ciclones IDAI e Kenneth como desafios para Moçambique, para a região e o mundo, em geral. É uma pesquisa exploratória e o procedimento técnico utilizado para a sua efectivação foi o desk research, onde se privilegiou o uso de materiais electrónicos e físicos. Os principais resultados da pesquisa: os desastres causados em termos humanos e materiais foram de uma dimensão muito grande e geradores de uma instabilidade social, económica, cultural e política.

1. Contexto

Moçambique é um dos Países de África mais vulneráveis aos desastres naturais devido, principalmente, à sua localização geográfica e nível de pobreza. Nos últimos 20 anos, a elevada frequência, alternância e intensidade dos eventos climáticos extremos passou a constituir uma ameaça crescente ao desenvolvimento nacional, não sendo, porém, uma vítima extraordinária das manifestações climáticas extremas. De facto, elas transformaram-se, actualmente, num dos problemas globais do planeta. Acentuadas por diversos factores, naturais ou produzidos pelas sociedades, as mudanças climáticas têm como causas desde a industrialização ao crescimento populacional e à utilização intensiva dos recursos - muitas vezes impedindo a sua renovação. Algumas dessas causas são identificadas (embora nem sempre de maneira consensual ou definitiva) e produzem efeitos, sobretudo, negativos e frequentemente regionais ou mesmo globais.

Ciente deste problema, o Governo de Moçambique, a partir do ano 2000, passou a adoptar uma abordagem proactiva, visando reduzir a vulnerabilidade das comunidades locais, da economia e das infraestruturas. Neste contexto, em 2006 o Governo aprovou o Plano Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais (PDPMCN) para um período de 10 anos (2006-2016). Com o término do prazo de implementação do PDPMCN 2006-2016, o Governo de Moçambique decidiu rever e ajustar esse plano, de modo a adaptá-lo às condições actuais ditadas por alterações no contexto global e nacional, bem como pelas experiências adquiridas ao longo dos 10 anos de vigência do PDPMCN. Como resultado, surge o Plano Director para a Redução do Risco de Desastres em Moçambique para o período 2017-2030, que tem como visão garantir que a população, os seus meios de vida e saúde e as infraestruturas públicas e privadas se tornem resilientes aos eventos extremos e aos efeitos das mudanças climáticas e com uma cultura consolidada de prevenção, prontidão, resposta e recuperação.

2. O Risco de Desastres em Moçambique

Moçambique é um dos países da África Austral que tem enfrentado várias ameaças relativas aos desastres naturais resultantes das mudanças climáticas. Devido à sua morfologia e condições geográficas, o país está exposto a eventos extremos relacionados ao clima, sendo os mais frequentes as cheias, ciclones e secas. Nos últimos 30 anos, pelo menos 14% da população foi afectada por uma seca, uma cheia ou uma tempestade tropical e mais de metade dos eventos que resultaram em desastre (53%) desde 1970 ocorreram nas últimas duas décadas. A vulnerabilidade face aos desastres resulta da sua localização na foz de nove rios internacionais, a existência de zonas áridas e semiáridas, a longa extensão do território nacional, que se localiza na zona de convergência intertropical sujeita a perdas e ganhos excessivos de humidade, bem como a extensa zona costeira, que sofre a influência de ciclones tropicais, e a existência de zonas sísmicas activas.

Nos últimos 20 anos, a elevada frequência, alternância e intensidade dos eventos naturais extremos (figuras 1, 2 e 3), agravada pelas mudanças climáticas, passaram a constituir uma grande ameaça aos esforços de desenvolvimento do País, visto que funcionam como um entrave à aceleração do crescimento económico e tendem a corroer os ganhos já alcançados.

Entre 2000 e 2001 Moçambique sofreu as consequências de um dos maiores desastres. Entre Outubro de 1999 e Janeiro de 2000, as chuvas tinham atingido níveis de 70% acima do normal em Maputo e 26% acima do normal na foz do Rio Limpopo. Na vizinha África do Sul, as chuvas eram igualmente intensas, aumentando os caudais dos rios que atravessam o território Moçambicano em direcção ao Oceano Índico. Em Janeiro de 2000, os Rios Incomáti, Umbelúzi e Limpopo transbordaram causando mortes e destruindo infraestruturas e campos agrícolas, sendo a cidade de Xai-Xai (Província de Gaza) a que ficou mais fustigada pela catástrofe das cheias. Quando em Fevereiro de 2000 os caudais dos rios começaram a diminuir e as chuvas mostravam sinais de abrandamento, o centro de Moçambique foi afectado pelo Ciclone Eline, com ventos de 192 Km/hora.

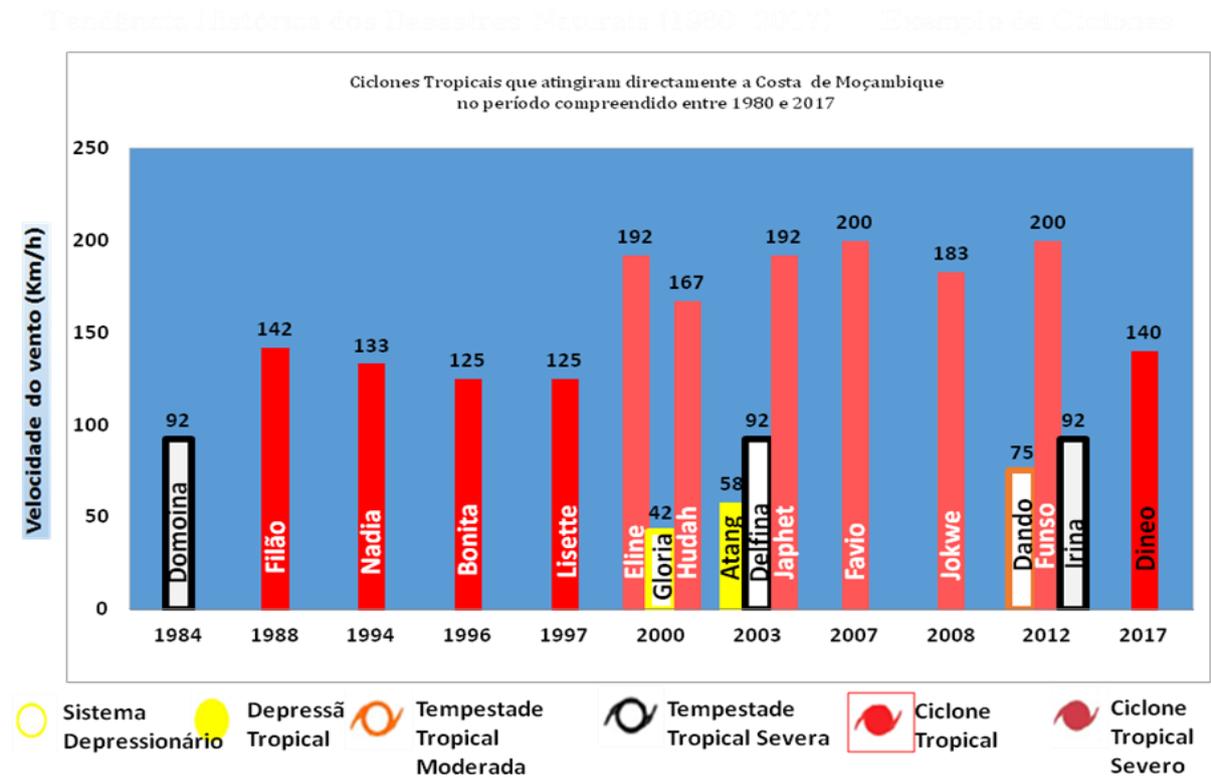
A combinação das cheias, inundações e ciclone teve um impacto devastador com cerca de 700 mortes, 500.000 deslocados e cerca de 12% de área cultivada destruída, além da perda de gado bovino e outras espécies de animais domésticos. Estimativas feitas na altura mostravam uma perda total de US\$ 600 milhões, tendo causado uma queda vertiginosa das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto de 7,5%, em 1999, para 1.6% no ano 2000v. Enquanto Moçambique emergia da destruição de 2000, o ano de 2001 foi igualmente marcado por cheias e inundações na Bacia do Zambeze. Embora desta vez o fenómeno não tivesse as proporções de 2000, o seu impacto foi devastador, pois se acumulava ao impacto do passado.

Ciente deste problema do impacto dos desastres, o Governo de Moçambique definiu a Redução do Risco de Desastres como uma das prioridades nacionais. Assim, a partir do ano 2000, Moçambique adoptou uma abordagem proactiva visando reduzir a vulnerabilidade das comunidades locais, da economia e das infraestruturas aos eventos extremos causados pela ocorrência cíclica de fenómenos, tanto naturais como aqueles decorrentes da acção humana.

Moçambique voltou a sofrer o impacto de vários fenómenos naturais que resultaram em desastre. Cheias de natureza severa afectaram o País em 2008 e 2013. Em 2015/2016, Moçambique foi novamente atingido por fortes chuvas, ventos e inundações nas regiões Centro e Norte. O custo dos danos causados foi estimado em cerca de US \$384 milhões, ou 2,4 por cento do PIB. De Janeiro a Março de 2016, Moçambique teve escassez de precipitação devido às condições prevaletentes do fenómeno *El Niño*, na região da África Austral, que foi a escassez de chuvas mais forte dos últimos 35 anos, afectando 1,5 milhão de pessoas que

precisaram de assistência alimentar urgente em sete províncias do País. Em Fevereiro de 2017, o ciclone Dineo atingiu a costa da província de Inhambane, ao sul de Moçambique, tendo afectado cerca de 550.691 pessoas. O governo estimou que necessitaria de um valor global de US \$16,5 milhões para restaurar os danos causados pelo ciclone às infraestruturas.

Figura1: Tendência Histórica dos Desastres causados por Eventos Naturais (1980-2017) – Exemplo de Ciclones – Fonte: A. Mavume, UEM



As infraestruturas mais afectadas pelo Ciclone Dineo foram algumas escolas e centros de saúde, cujos tectos ficaram danificados, tendo havido, também, perda das culturas alimentares. Como consequência, muitas famílias afectadas pelo ciclone passaram a ter ajuda alimentar, não se prolongando por muito tempo.

Chuvas e Ventos Fortes	45.604	11.870	7.430	12.751	18.563		58.847	48.930	40.679
Inundações nas Cidades e Vilas	5.410		3.515	1.580			61.527	710	515
Cheias nas Bacias	171.119	102.155			118.528	8.854	358.519	5.685	38.363
Seca	680.360						18.221		
Ciclones	173.999	201.695				64.763			
Sismos									
Total	1.076.492	315.720	10.945	14.331	137.091	73.617	497.114	55.325	559.341

2.1. Apoio Internacional e Parcerias

Importa, antes de mais, referir que o Governo de Moçambique tem, nas últimas décadas, feito previsões relativas a ocorrências de catástrofes naturais, o que lhe permite mobilizar atempadamente apoios externos para socorrer as populações que venham a ser afectadas.

Uma breve descrição do rasto da destruição, tanto nas cidades da Beira e Chimoio, quanto nalguns distritos da Província de Cabo Delgado, deixa-nos perceber o clima de enorme desespero vivenciado pelas populações, perante a impotência e falta de meios para fazer face aos efeitos dos ciclones. Com efeito, as fortes chuvas e ventos provocaram incalculáveis estragos. Deixaram infraestruturas (públicas e privadas) total ou parcialmente danificadas, bem como campos agrícolas arrasados, facto que irá, obviamente, criar bolsas de fome nas regiões afectadas pelos ciclones.

No caso da cidade da Beira, as habitações precárias das populações dos bairros mais pobres ficaram destruídas e as estradas intransitáveis, além do corte de energia eléctrica e os graves danos nos sistemas de comunicação. Além do Ciclone Idai, a cidade da Beira foi vítima dos resultados de cheias (do Rio Búzi), que afectaram milhares de pessoas dos Distritos de Búzi e Nhamatanda, as quais foram reassentadas nalgumas escolas públicas do Município da Beira, em péssimas condições sanitárias, provocando focos de cólera e malária.

Como veremos mais adiante, na Província de Cabo Delgado, o Ciclone Kenneth atingiu fortemente alguns Distritos, onde inúmeras famílias foram desalojadas das suas casas, tendo, igualmente, perdido os seus haveres.

Para fazer face à situação, o Governo de Moçambique declarou estado de emergência, tendo recorrido imediatamente ao apoio internacional de vários parceiros. É de salientar que o

apoio dos parceiros de cooperação internacional foi decisivo para os resultados positivos alcançados.

Entre os parceiros de cooperação multilateral, o Programa Mundial de Alimentação (PMA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Assentamento Humano (UN HABITAT), a Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO), a Organização Internacional de Migração (OIM) e o Fundo das Nações Unidas para População (UNFPA) participaram activamente na implementação do Plano Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais (PDPMCN) desde o primeiro momento.

O Programa Mundial de Alimentação (PMA) e o UNICEF também participam activamente no apoio às estruturas de coordenação do Conselho Técnico de Gestão das Calamidades (CTGC) e Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE). Em caso de necessidade, o Programa Mundial de Alimentação (PMA) lidera o grupo de trabalho de logística e assistência alimentar e o UNICEF lidera o grupo de trabalho de higiene e saúde dentro do CENOE. Além disso, o Sistema das Nações Unidas tomou a iniciativa de organizar e liderar sectores de trabalho que congregam a participação das Organizações da Sociedade Civil em momentos de emergência.

O Banco Mundial (BM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) participam activamente no suporte deste processo nos aspectos estratégicos e mais de longo termo. Por exemplo, entre 2007 e 2015 o BM desembolsou mais de US \$ 13 milhões para apoiar Moçambique em actividades de gestão do risco de longo termo que incluem, entre outras, o mapeamento das zonas de risco, identificação e redução do risco, e actividades ligadas ao treinamento e à capacitação de operadores do INGC.

Em 2013, o BM aprovou um fundo de emergência de US \$ 32 milhões para melhorar a resistência de infraestruturas de água (diques, barragens, etc.) dos rios do sul de Moçambique (especialmente o Limpopo) em momentos de calamidades.

Entre 2008 e 2011 o PNUD implementou um projecto de capacitação institucional para reforçar a implementação do PDPMCN. Entre 2009 e 2014 o PNUD financiou um projecto de cerca de US\$2 milhões nas zonas afectadas pela seca no distrito de Guijá, província de Gaza, cuja finalidade era desenvolver mecanismos de mitigação local do risco em zonas assoladas pela seca.

Os parceiros da cooperação bilateral, embora alguns nem sempre usem o PDPMCN como documento de referência, implementaram actividades de gestão do risco de desastres e

mudanças climáticas, contribuindo, dessa forma, para os resultados conseguidos na implementação do PDPMCN.

3. Os Ciclones IDAI e Kenneth

O Ciclone Tropical IDAI desenvolveu-se inicialmente a 5 de Março de 2019 como depressão tropical, próximo de Maganja da Costa, na província da Zambézia, em Moçambique. Atingiu as cidades da Beira e de Dondo, nos dias 14 e 15 de Março, transitado para a província de Niassa, indo em direcção ao sul do Malawi, a 16 de Março de 2019; o mesmo propagou-se, nos dias subsequentes, em direcção a Oeste de Moçambique (tendo fustigado alguns distritos da Província de Manica) e Este do Zimbabwe, onde o seu impacto foi altamente destrutivo.

Segundo Müzell (2019), *“O IDAI é o ciclone mais forte a afectar Moçambique desde o Eline, que em 2000 matou mais de 800 pessoas. Desta vez, o factor surpresa foi determinante para a dimensão dos estragos, já que, ao longo dos anos, centenas de habitações foram construídas em zonas inundáveis na cidade da Beira, o segundo maior centro urbano do país. Moçambique é uma região que tem ocorrência frequente de ciclones tropicais. O ciclone IDAI teve categoria 3, ou seja, foi extremamente intenso, com ventos que chegaram a 200km/h.”*

Ainda, em relação ao ciclone Idai, Ludivine Oruba, meteorologista especialista em ciclones no Latmos (Laboratório de Atmosferas, Meios e Observações Espaciais), em Paris, refere que *“a diferença é que ciclones desse tamanho raramente atingem a costa: desde 1970, foi o quarto dessa intensidade a chegar a Moçambique”* (Müzell, 2019).

No entanto, o factor surpresa poderá não ter sido tão determinante como aponta Müzell. Na verdade, tem havido falta de confiança nos mecanismos de previsão, devido à sua imprecisão no passado. Este factor levou a que muitas pessoas alimentassem dúvidas sobre as graves consequências do ciclone, sendo, portanto, o que fez com que a população fosse encontrada desprevenida, sem tomar as medidas de precaução necessárias; daí, os danos materiais e humanos foram mais altos.

De acordo com o ponto de situação divulgado pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) de Moçambique, registaram-se 518 vítimas mortais, 1.641 feridos e mais de 146 mil pessoas foram recebidas em centros de acolhimento.

Logo após a ocorrência do ciclone IDAI na região centro do país, a zona norte foi igualmente afectada pelo ciclone Kenneth. Houve rajadas de vento até 215km/h e chuvas intensas.

Dados avançados pelo Instituto de Gestão de Calamidades (INGC), indicam que pelo menos 41 pessoas morreram e cerca de 34 mil conseguiram abrigar-se em 30 centros de acomodação. O Governo afirma ainda que, mais de 31 mil casas ficaram destruídas na sua totalidade. O ciclone também causou estragos em cinco unidades sanitárias e em 75 salas de aulas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 14% das infraestruturas sanitárias tenham sido danificadas pelos Ciclones Idai e Kenneth, o que veio a agravar a situação de muitas famílias que antes da catástrofe ressentiam das dificuldades em receber assistência médica.

3.1 Intervenção do INGC e Parceiros

A intervenção do INGC no terreno, resultou da coordenação entre várias instituições do Estado e Privadas nacionais e internacionais. As equipas de salvamento eram constituídas obedecendo à mesma lógica de actuação.

A primeira equipa de resgate a chegar à cidade da Beira foi de 22 voluntários sul-africanos (cf. Imagem 1) no aeroporto internacional da Beira. O primeiro salvamento foi para 22 mulheres e crianças, que se encontravam em grave perigo no Rio Búzi e nas árvores. Durante o segundo e o terceiro dia, os salvamentos foram realizados usando um pequeno helicóptero, antes de a Força Aérea Sul-africana ter chegado às zonas inundadas pelo Rio Búzi, ou seja, antes de qualquer pessoa estar no local. O helicóptero usado para o efeito era privado.

Tendo chegado ao terreno, a equipa de resgate ficou surpreendida pela dimensão dos estragos: muitas pessoas desalojadas, muitos tectos das casas destruídos, água em ambulância. Não havia dúvidas de que a devastação foi absolutamente catastrófica.



Imagem 1: Chegada da Equipe de Voluntários Sul-Africanos – Fonte: Francisco Mandlate

As equipas desdobravam-se para levar as pessoas das zonas alagadas (Imagem2) para zonas seguras. Este serviço de apoio foi responsável em levar alimentação e água, ou seja, o que era essencial para que as famílias pudessem aguentar até ao momento de evacuação definitiva para zonas de acolhimento. Em conjunto com organizações humanitárias, o Executivo providenciou assistência de emergência às vítimas do ciclone IDAI. As estradas ficaram bloqueadas, devido a buracos, postes ou árvores que caíram nas vias. A situação prejudicou, em grande medida, o negócio dos transportadores rodoviários, sobretudo, no corredor da Beira, que liga a cidade ao interior da África Austral.



Imagem 2: Sobreviventes aguardam equipa de salvamento – Fonte : Mission Aviation Fellowship / Rick Emenaket

Dentre os países que manifestaram a sua solidariedade para com Moçambique destaca-se a equipa de Portugal, que, tendo sido a primeira a chegar ao Distrito de Búzi (zona gravemente afectada pelas cheias), trouxe um conjunto de equipamentos e produtos alimentares, incluindo purificadores de água, evitando, assim, a rápida eclosão da cólera.

Depois de 15 dias de actividade intensa de busca e salvamento, as equipas nacionais e internacionais concluíram a fase de resgate de todas as pessoas que estavam em cima dos telhados de casas, árvores ou em áreas isoladas, segundo deu a conhecer o Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, na cidade da Beira, na região central do país, epicentro do desastre climático.

O desastre natural provocou várias doenças, sendo de destacar a cólera e a malária. O Director do Serviço Nacional de Assistência Médica, Ussene Isse, afirma que foram registados centenas de casos de pacientes com problemas sérios de diarreia. Para dar resposta a esse problema foram acionadas 900 mil vacinas contra a cólera.

Face ao desastre que o ciclone IDAI causou, na região centro do país, a comunidade internacional no geral não ficou indiferente. O apoio veio de várias partes do mundo e de diversas formas. Alguns países apoiaram com produtos (roupa, alimentos, etc.), outros, apoiaram com mão-de-obra especializada (médicos, equipas de salvamento, psicólogos, etc.), e outros, ainda, com recursos financeiros. Dados avançados pela Directora-Geral do INGC indicam que o país recebeu, em apoio às vítimas do ciclone IDAI, 270 milhões de meticais.

A Ilha do Ibo, situada na província de Cabo Delgado, a norte de Moçambique, foi um dos locais mais atingidos pelo ciclone Kenneth. O cenário na vila foi devastador. A ajuda humanitária chegou depois de dias, sem ter acesso à localidade, devido ao mau tempo. Na Ilha do Ibo 15.000 pessoas foram afectadas, muitas abrigadas na fortaleza da antiga capital da província, depois de 4.600 casas terem ficado parcialmente destruídas.

Além da Ilha do Ibo, os distritos onde foi prioritária a actuação das autoridades são os de Quissanga e Macomia. Em Macomia cerca de metade das 166.804 pessoas foi afectada pelo ciclone Kenneth. Igualmente, metade das cerca de 35 mil casas foi destruída total ou parcialmente.

As hortas de agricultura de subsistência foram muito afectadas nesta área de Moçambique que não tem uma segunda colheita anual e em que a próxima só deverá acontecer em Abril de 2020, o que significa (pelo) que o risco de insegurança alimentar aumentou. Dados oficiais indicam que 31.256 hectares de culturas foram danificados. Abrigos e produtos para purificação da água são outras prioridades, porque muitas das pessoas afectadas estão a dormir ao relento, ou sob chapas e plásticos.

Em conjunto, o Ciclone Kenneth e IDAI representam o desastre natural mais significativo da África Austral na história recente. Como um dos maiores doadores mundiais de assistência humanitária, os Estados Unidos da América (EUA) comprometeram-se em continuar a desempenhar um papel de liderança nos esforços internacionais para ajudar o Governo Moçambicano e o seu povo à medida que procuram recuperar destes ciclones.

2.3 Considerações Finais

Face aos elementos acima mencionados, nota-se que os ciclones IDAI e Kenneth foram altamente destrutivos, dado o número de vidas e infraestruturas perdidas, e o número de pessoas desalojadas. Outro dado importante é que os ciclones destruíram praticamente todas as culturas agrícolas, provocando, assim, o problema da fome, mesmo com o apoio alimentar prestado pelos diferentes intervenientes. De facto, persiste o receio de que as consequências deste fenómeno venham a provocar desordenados movimentos migratórios das zonas rurais para as cidades, criando não só o congestionamento urbano, mas, também, o agravamento da escassez de alimentos (insegurança alimentar generalizada). Caso venha a acontecer, as famílias, vindas das zonas rurais e que sobrevivem graças à agricultura de subsistência, serão as mais vulneráveis ao grave défice alimentar e à pobreza generalizada.

Neste momento, para mitigar os efeitos devastadores dos ciclones Idai e Kenneth, o Governo de Moçambique e parceiros do sector privado tomaram algumas medidas de solidariedade, nomeadamente a redução dos custos de electricidade e de telefone. Porém, a medida da redução de custo de electricidade não teve muito impacto, uma vez que as pessoas não tinham acesso à corrente eléctrica após a ocorrência deste fenómeno natural.

Em entrevista ao canal televisivo Stv, a Directora-Geral do INGC, quando questionada sobre o impacto dos Ciclones IDAI e Kenneth, realçou que o governo e parceiros estratégicos tudo

fizeram para que salvassem vidas, mas reconhece que o pior poderia ser evitado se as instituições do Estado, no exercício das suas funções, trabalhassem em coordenação umas com as outras. Exemplificando, fez menção a construções desordenadas e em zonas de risco que, no seu entender, contribuem em grande medida para que, em situações de fenómenos semelhantes, os danos sejam avultados.

Olhando para a situação geográfica do país e a sua consequente vulnerabilidade a este tipo de fenómeno, urge (torna-se imperioso a introdução) introduzir, no ensino, disciplinas sobre prevenção e mitigação de desastres naturais, especialmente, nas primeiras classes, como, por exemplo, acontece na República Popular da China.

De acordo com as estimativas do Banco Mundial, os efeitos causados pelos dois ciclones, na economia moçambicana, variam entre 656 milhões de dólares a 773 milhões de dólares. Com isso, baixou o produto interno bruto. Estes números impactam directamente no crescimento económico do país, porquanto antes dos ciclones o crescimento previsto era de 3.5% do PIB em 2019 e 4.1% em 2020. Depois da ocorrência dos ciclones IDAI e Kenneth, o Banco Mundial reviu em baixa as projecções do crescimento económico do país, para apenas 2% em 2019, o que nos leva a crer que os efeitos deste fenómeno serão sentidos a curto, médio e longo prazos em termos de desemprego, êxodo rural, fome e danos psicológicos.

De facto, mesmo até à data de apresentação deste artigo, muitas empresas ainda se ressentem dos efeitos destes ciclones, mantendo-se a funcionar com dificuldades.

No âmbito da reconstrução, após os efeitos devastadores dos ciclones IDAI e Kenneth, a cidade da Beira acolheu uma conferência de doadores, onde foi possível angariar 1,2 mil milhões de dólares que serão canalizados no final do mês de Junho do ano em curso. Pela pressão exercida pela sociedade civil e pela consciência do governo, foi criado um gabinete, que fará a gestão de todos os fundos destinados à reconstrução das zonas afectadas pelos Ciclones Idai e Kenneth.

Referências bibliográficas

Conselho de Ministros. (2017). *Plano director para a redução do risco de desastres 2017-2030*.

SADC. (2019). *Apelo da SADC à Assistência Humanitária em Resposta ao Ciclone Tropical IDAI*.

OCHA. (2019). *Moçambique: Ciclone Kenneth- Presença das Organizações na Resposta*.

Centro de Integridade Pública. (2019). *É imperativo que exista um controlo cerrado sobre a ajuda canalizada por via do INGC em todas as suas fases*.

Agência das Nações Unidas para as Migrações. (2019). *Moçambique: Ciclone IDAI- Inquérito dos Locais de Deslocamento, Distrito da Beira*.

Mendes, F. (2019). *Porque é que o ciclone Idai foi tão destrutivo?* Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.publico.pt/2019/03/21/ciencia/noticia/ciclone-idai-tao-poderoso-1866347/amp>

Afonso, S. (2019). *INGC e ICS sensibilizam população sobre aproximação do ciclone "IDAI"*. Disponível em: <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/87784-ingc-e-ics-sensibilizam-populacao-sobre-aproximacao-do-ciclone-idai>

Uatanle, D., Lutxeque, S. (2019). *Ciclone Kenneth: dois mortos e elevados estragos no norte de Moçambique*. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/amp.dw.com/pt-002/ciclone-kenneth-dois-mortos-e-elevados-estragos-no-norte-de-mo%25C3%25A7ambique/a-48497858>

Lisboa, O. (2019). *Ciclone Kenneth já fustiga Moçambique*. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/amp.rfi.fr/pt/mocambique/20190425-ciclone-kenneth-ja-fustiga-mocambique>

Vaz, E. (2019). *IDAI: quanto dinheiro é muito dinheiro?* Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.jornaltxopela.com/2019/03/idai-quanto-dinheiro-e-muito-dinheiro/amp/>

Agência Lusa. (2019). *Ciclone Idai: Número de mortos em Moçambique sobe para 518*. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/amp.dw.com/pt-002/ciclone-idai-n%25C3%25BAmero-de-mortos-em-mo%25C3%25A7ambique-sobe-para-518/a-48144864>

Müzell, L. (2019). *Entenda o ciclone que devastou Moçambique e Zimbábue*. Disponível em: <http://m.br.rfi.fr/africa/20190321-entenda-o-ciclone-que-devastou-mocambique-e-zimbabue>